

PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PROCESSO POLÍTICO DE SUBSTITUIÇÃO DA FORMA DE GOVERNO MONÁRQUICA PELA REPUBLICANA

Jefferson de Araújo Ayala

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo apresentar uma visão sobre qual foi o papel desempenhado pelo Exército Brasileiro no processo político de substituição da forma de governo monárquica pela republicana, que culminou em 15 de novembro de 1889. A finalidade é contribuir para ampliar os conhecimentos existentes sobre a relevância do papel decisivo desempenhado pelo Exército Brasileiro nesse importante evento da História do Brasil, que se encontra ainda carente de análises. Para tanto, esta dissertação foi desenvolvida de julho de 2010 a agosto de 2011, por meio de pesquisa qualitativa descritiva, com consultas a fontes bibliográficas e entrevistas com especialistas em temas que concorrem para subsidiar a conclusão deste trabalho de pesquisa. Estão abordados os motivos que com maior frequência são enumerados como causas do advento de 15 de novembro de 1889, bem como as relações dessas causas com a instituição Exército Brasileiro. Por fim, as idéias são compiladas e analisadas separadamente, de modo a visualizar qual foi a importância de cada uma delas, de maneira isolada, para a queda da monarquia, e se, independentes, teriam força para ocasionar a substituição da forma de governo ocorrida em 1889. Dentro desse contexto, será visto o papel decisivo desempenhado pelo Exército Brasileiro para que a República fosse proclamada na data em que ocorreu, antecipando a substituição da Monarquia pela República.

PALAVRAS CHAVE: História do Brasil, História Militar, Brasil - Império, Brasil - República.

Resumen: Da una idea de lo que fue el papel desempeñado por el Ejército Brasileño en el proceso político para reemplazar a la forma monárquica de gobierno por los republicanos, que culminó en la fecha de 15 de noviembre de 1889. El propósito es ayudar a ampliar los conocimientos existentes acerca de la importancia del papel fundamental desempeñado por el Ejército Brasileño en este importante evento en la Historia de Brasil, que aún carece de análisis. Con este fin, esta tesis se ha desarrollado desde julio 2010 hasta agosto 2011, a través de la investigación cualitativa descriptiva, las consultas con las fuentes de la literatura y entrevistas con expertos sobre temas que ayudan a apoyar la conclusión de esta investigación. Están discutidas las razones que con más frecuencia aparecen como causas de la aparición del 15 de noviembre de 1889, así como las relaciones de estas causas con la institución Ejército Brasileño. Por último, las ideas son compiladas y analizadas por separado con el fin de ver cuál era la importancia de cada una, individualmente, para el derrocamiento de la monarquía, y si, de forma independiente, tendría la fuerza para reemplazar la forma de gobierno en el año 1889. Dentro de este contexto, se destacará el papel fundamental desempeñado por el Ejército Brasileño para la República proclamada.

PALABRAS CLAVE: Historia de Brasil, Historia Militar, El Imperio de Brasil, Brasil República.

PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO PROCESSO POLÍTICO DE SUBSTITUIÇÃO DA FORMA DE GOVERNO MONÁRQUICA PELA REPUBLICANA

1 INTRODUÇÃO

A América Latina, no século XIX, vivenciou um longo e tortuoso processo para a Independência dos Estados que a constituíam, envolvendo os povos e os territórios que antes compunham o Vice Reino do Rio da Prata, pertencente à Espanha, e o Brasil, que era a colônia além mar de Portugal.

Esse processo de Independência logo evidenciou uma preferência preponderante pela forma de governo republicana, seguindo os ideais liberais emanados pela Independência dos Estados Unidos da América, (1776), e, logo em seguida, pela Revolução Francesa (1789). Nesse período histórico, somente o Brasil, em seu peculiar processo de Independência, optou pela forma de governo monárquica, o que iria, em diversos momentos posteriores, resultar em desconfiança por parte dos seus vizinhos no continente.

A Monarquia iria perdurar no Brasil no período compreendido entre sua Independência, ocorrida em 07 de setembro de 1822, até a sua substituição, com o advento da República, em 15 de novembro de 1889. Apenas nesse momento o Brasil iria se juntar aos demais países do continente na escolha da forma de governo republicana.

Diversos foram os fatores que normalmente são utilizados pela historiografia tradicional para explicar os motivos da queda da Monarquia no Brasil, com o posterior exílio de seu monarca, D. Pedro II. Os professores Boris Fausto, da Universidade de São Paulo, e Francisco Iglésias, da Universidade Federal de Minas Gerais, para citar iminentes historiadores, são alguns dos que citam como motivos preponderantes para a queda da monarquia o advento do movimento republicano, a perda do apoio das elites agrárias nacionais e os atritos do governo imperial com a Igreja Católica e com o Exército Brasileiro, que saiu fortalecido da Guerra do Paraguai.

Além disso, o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio. Esses fatores não tiveram um peso igual na queda do regime monárquico, explicável também por um conjunto de razões onde estão presentes as transformações

socioeconômicas (*sic*) que deram origem a novos grupos sociais e à receptividade de idéias de reforma (FAUSTO, 1995).

As causas comumente listadas para a queda da Monarquia e ascensão da República no Brasil são várias; entretanto, cada uma delas teve peso diferente no evento ocorrido a 15 de novembro de 1889. A perda do apoio da elite agrária, isoladamente, seria capaz de ocasionar a queda da Monarquia? O Movimento Republicano, por si só, seria capaz de derrubar o regime comandado por D. Pedro II? Desavenças pontuais do Império com a instituição Igreja Católica derrubariam um governo? O governo de D. Pedro II tinha condições de se manter por mais tempo ou iria naturalmente se desgastar e ser substituído pela República? Tropas leais e legalistas como o Exército Brasileiro, seriam capazes de contribuir decisivamente para a derrocada do governo imperial?

Este trabalho visa apresentar os motivos mais relevantes que tentam explicar a queda da Monarquia no Brasil, e sua posterior substituição pela República, dando ênfase à relevância decisiva do papel desempenhado pelo Exército Brasileiro nesse processo político, esperando contribuir para ampliar os conhecimentos de História Militar disponíveis sobre o relevante assunto em pauta.

2 METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade apresentar pormenorizadamente o encadeamento lógico que foi seguido no intuito de solucionar o problema desta pesquisa, qual seja, qual foi a influência e importância do Exército Brasileiro no processo político de substituição da forma de governo monárquica pela forma de governo republicana.

Indicar-se-ão os procedimentos que foram utilizados para a obtenção das informações de interesse e a maneira como foi feito o processamento e análise de dados, abordando a pesquisa, realizada em fontes primárias e secundárias, e a definição dos procedimentos que serão empregados por ocasião da análise dos dados.

O presente estudo pretende investigar em que medida o Exército

Brasileiro influenciou a mudança do processo político que culminou na substituição da forma de governo monárquica pela republicana, em 15 de novembro de 1889.

O estudo será delineado pelo problema objeto deste trabalho, já tratado anteriormente, e será empregado, substancialmente, o processo qualitativo, com uso de fontes bibliográficas primárias e secundárias.

Tendo em vista o trabalho ser qualitativo, a amostra se deterá às referências bibliográficas pertinentes e específicas de autores contemporâneos aos fatos objeto deste estudo, as fontes produzidas na república velha, nos primeiros anos do governo, e em um segundo momento, a fontes produzidas pela atual historiografia e fontes primárias que reproduzam o cenário objeto do estudo.

Será realizada uma pesquisa aplicada qualitativa analítica descritiva por meio de pesquisa exploratória, valendo-se, para isso, de fontes bibliográficas secundárias escritas, como livros e artigos, na fase inicial de pesquisa e levantamento bibliográfico.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção tem por finalidade apresentar os resultados da análise das fontes utilizadas para executar o estudo qualitativo proposto por este estudo, qual seja, analisar a participação política do Exército Brasileiro no processo de substituição do regime monárquico pelo republicano. A seguir, serão abordadas as principais causas que contribuíram para a substituição da Monarquia pela República, no movimento de 15 de novembro de 1889.

3.1 MOVIMENTO REPUBLICANO

Na América do Sul, desde a Independência dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789), as idéias republicanas tinham trânsito na sociedade (inicialmente no Brasil - colônia e depois no Brasil independente), especialmente nas camadas letradas, que tomavam conhecimento dessas idéias na Europa, onde muitos estudavam.

Desde o século XVIII, houve a incidência de movimentos revoltosos no

Brasil onde as idéias liberais republicanas eram, senão a base das revoltas, um subsídio importante. A Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Revolta Pernambucana (1817), no período anterior à Independência do Brasil, e a Sabinada (1837-38), a Revolta Farroupilha (1836-45) e a Revolta Praieira (1848) no período imperial, para citar as principais, tiveram os ideais republicanos citados em seus manifestos.

A idéia da República, portanto, não é novidade no Brasil desde o século XVIII, e sim, viria a ser uma tendência. Única nação sul-americana a adotar a Monarquia, o Império brasileiro não conseguiu impedir a proliferação de idéias. Essas idéias foram sedimentando-se à medida que ocorriam alterações sociais.

A base social do republicanismo nas cidades era constituída principalmente de profissionais liberais e jornalistas, um grupo cuja emergência resultou do desenvolvimento urbano e da expansão do ensino. As idéias republicanas também tiveram influência entre os militares. Os republicanos do Rio de Janeiro associavam a República à maior representação política dos cidadãos, aos direitos e garantias individuais, à federação e ao fim do regime escravista (FAUSTO, 1995).

Em 1870, membros do Partido Liberal aliam-se a republicanos tradicionais e criam o Partido Republicano, que lança manifesto, em cuja conclusão se diz: “somos da América e queremos ser americanos. A nossa forma de governo é em sua essência e em sua prática antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos” (IGLÉSIAS, 1993).

De 1822 até a Guerra do Paraguai, a maioria dos oficiais era monarquista. Caxias era membro do Partido Conservador, e Osório, do Partido Liberal, embora fosse de notório saber que não havia diferenças ideológicas profundas entre esses dois partidos políticos.

Após a Guerra do Paraguai, surge uma renovação do corpo de oficiais do EB. A classe média passa a adentrar nas fileiras do Exército e galga os postos do oficialato. A grande maioria dos oficiais de alta patente ainda é monarquista, e o seria até o final de suas vidas. A jovem oficialidade é republicana. Nas escolas militares é bastante comum a existência de instrutores republicanos, como Benjamin Constant, que difundiam as idéias aos alunos e cadetes.

Nos últimos anos dos oitenta (*sic*), não seria exagero afirmar que, de

major para cima, a maioria era de imperialistas; mas de tal nível para baixo (...) a opinião dominante era fortemente favorável à república. As escolas profissionais perdiam cada vez mais suas características de treinamento especial de material de guerra e transformavam-se em institutos de ensino científico comum e centros de propaganda filosófica e republicana (CALÓGERAS, 2009).

Foi visto, portanto, que no decorrer da História do Brasil, as idéias republicanas coexistiram com a realidade imperial. A forma de governo era a monarquia, mas a república sempre atingiu parte da sociedade, em maior parte na segunda metade do século XIX, especialmente após a Guerra do Paraguai, o abolicionismo (onde a elite agrária prejudicada passou a ser republicana) e as questões Religiosa e Militar.

Embora houvesse um número expressivo de republicanos, grande parte deles julgava que somente após a morte de D. Pedro II o movimento republicano iria chegar ao poder, ou seja, não parece ter havido vontade política para um ato mais incisivo antes do falecimento de D. Pedro II, de modo a evitar um possível Terceiro Reinado.

As idéias republicanas atingem diversos setores da elite e da classe média brasileira, mas, como este estudo procurará evidenciar, sem a participação do Exército Brasileiro, somente essas idéias, com seus desdobramentos, como a criação de partidos políticos, não seriam suficientes para a derrubada de um regime que havia se mantido durante 67 anos em um continente republicano.

3.2 QUESTÃO RELIGIOSA

Outra questão histórica que comumente é considerada relevante para o destino do Império diz respeito à chamada Questão Religiosa.

A Constituição de 1824, em seu artigo 5º, dizia que “a religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo”.

Havia, portanto, uma participação da Igreja no Estado maior do que a observada após 1891, quando a primeira Constituição republicana instituiu o

Estado laico, sem a fusão de funções com a instituição Igreja.

De fato, regiões inteiras da atividade pública existiam, nas quais a legislação eclesiástica tinha de ser posta em prática através da agência do poder civil. Um conflito potencial, pois estava sempre pendente entre essas duas fontes de autoridade tão diversas, a revelação e a força material (CALÓGERAS, 2009).

A “união entre o trono e o altar”, prevista na Constituição de 1824, representava em si mesma fonte potencial de conflito. Se a religião católica era oficial, a própria Constituição reservava ao Estado o direito de conceder ou negar validade a decretos eclesiásticos, desde que não opusessem à Constituição (FAUSTO, 1995).

A partir de 1848, no pontificado do papa Pio IX, o Vaticano passou a incentivar uma postura mais rígida a ser adotada pelos eclesiásticos, que refletiu no Brasil. A Igreja possuía algumas funções reguladas pelo Estado, conforme estabelecia a Carta de 1824.

Na segunda metade do século XIX, passou a haver conflitos entre Igreja e Estado no Brasil, fruto da exigência do Vaticano de que seu corpo eclesiástico adotasse uma postura mais independente em relação ao Estado, o que entrava em rota de colisão com o próprio fato de a Igreja ser atrelada ao Estado no Brasil.

O principal desses conflitos ocorreu quando o bispo de Olinda, Dom Vital, proibiu o ingresso de elementos da maçonaria em irmandades religiosas. A maçonaria era numericamente pequena, mas dentre seus integrantes havia um grande número de elementos do alto escalão imperial, além de integrantes das elites urbanas.

Ao bispo de Olinda, seguiu-se atitude semelhante do bispo do Pará, D. Macedo Costa. Ambos foram condenados a uma pena de quatro anos de prisão com trabalhos. O Imperador anistiu ambos os bispos, mas a desavença entre Império e Igreja atingia seu nível máximo.

O fato de a Igreja estar constitucionalmente atrelada ao Estado, durante o período imperial, indica a importância para o imperador obter e manter o apoio da instituição eclesiástica; entretanto, a capacidade da Igreja de desestabilizar um regime era insuficiente para ocasionar a queda de uma monarquia que havia subsistido à revoltas e movimentos independentistas

durante aproximadamente seus trinta primeiros anos de existência, além de outros fatores desagregadores, como o mosaico político, econômico e social desiguais, que geravam, espontaneamente, conflitos que poderiam contribuir decisivamente para a desestabilização do regime em questão.

3.3 CAMPANHA ABOLICIONISTA

No período colonial, que compreende desde a chegada dos portugueses até o ano de 1822, com o processo de Independência, a mão de obra escrava foi a base da economia agrária do período, e se estendeu até o final do segundo reinado (IGLÉSIAS, 1993).

A Inglaterra, velha nação que praticara o tráfico negreiro com intensidade, com seu enriquecimento, torna-se, no século XIX, a campeã na luta contra a escravidão (IGLÉSIAS, 1993).

Segundo Magnoli, (2009), “o tráfico transatlântico de escravos, nos seus três séculos, não era um negócio marginal, mas o núcleo de um comércio internacional que semeava o chão no qual nasceria a moderna economia industrial, e a Grã Bretanha firmou-se (...) como a maior potência industrial do mundo”. Sendo a Inglaterra a maior beneficiária desse comércio negreiro, somente ela poderia ser, a partir do momento em que julgou ser o tráfico prejudicial aos seus interesses econômicos, a principal defensora do fim do tráfico.

A campanha pela libertação do escravo negro no Brasil surgiu na segunda metade do século XIX. Tal campanha obteve impulso decisivo mais por motivos econômicos, do que por motivos humanitários e morais.

O abolicionismo só tem início a partir do momento no qual a potência capitalista hegemônica do século XIX, a Inglaterra, passou a considerar mais importante, do ponto de vista econômico, que o escravo negro fosse libertado e passasse a constituir mão de obra livre e assalariada. Essa mão de obra, com o poder de consumo que poderia vir a representar, passaria, na ótica inglesa, a ser mais importante do que o lucro gerado pelo tráfico negreiro, uma vez que o capital investido e corrente no tráfico de escravos passaria a ser empregado na compra de produtos industrializados ingleses.

O escravismo seria base da economia do Brasil - Colônia, e só perderia

espaço com a chegada da mão de obra do imigrante europeu. Podem-se citar como cronologia até o advento da lei que extinguiu a escravidão do negro no Brasil as datas a seguir:

a. 1845: Lei Bill Aberdeen, que foi promulgada pelo Parlamento inglês e permitia que navios ingleses apreendessem navios estrangeiros que estivessem praticando o tráfico negreiro.

b. 1850: Lei Eusébio de Queiroz, eliminando o tráfico negreiro, permitindo apenas transações de compra e venda de escravos entre as províncias.

c. 1871: Lei do Ventre Livre, que alforriava filhos de escravos.

d. 1885: Lei Saraiva - Cotegipe, libertando escravos com mais de 60 anos.

e. 1888: Lei Áurea, extinguindo a escravidão no Brasil.

Apoiada em seus interesses econômicos, a Inglaterra passa a pressionar o Brasil a acabar com o tráfico negreiro, o que efetivamente ocorre em 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz. Os fatores humanitários e morais contribuíram para a extinção da escravidão negra, mas inicialmente prevaleceram os interesses econômicos.

Ilustres integrantes da sociedade brasileira, como José do Patrocínio¹ e Joaquim Nabuco², formadores de opinião, passaram a apoiar a causa abolicionista. Setores da elite, principalmente os ligados ao comércio, e da classe média, como militares e parcela da Igreja, passaram a apoiar com maior veemência a causa abolicionista.

Durante a Guerra da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro conviveu com deficiências no que se refere ao recrutamento de soldados. Havia, no período de preparação para o conflito bélico, um número insuficiente de voluntários para preencher as vagas necessárias para o esforço de guerra inicial.

O próprio Caxias escreveu ao ministro da Guerra, referindo-se ao recrutamento, que “por um conjunto de circunstâncias deploráveis, o nosso

¹ José Carlos do Patrocínio (Campos dos Goytacazes, 1853 – Rio de Janeiro, 1905). Político, jornalista e escritor com destacada participação no movimento abolicionista brasileiro. Redigiu o manifesto da “Confederação Abolicionista” (1883).

² Joaquim Nabuco (Recife, 1849 – Washington, 1910). Político, diplomata e historiador brasileiro. Autor de “O abolicionismo” (1883), teve atuação destacada no movimento abolicionista, após um passado de serviços prestados à Monarquia.

Exército contava sempre em suas fileiras grandes majorias de homens que a sociedade repudiava por suas péssimas qualidades” (DORATIOTO, 2002).

Para suprir a pouca adesão de voluntários e a deserção de incorporados, foram admitidos às fileiras do Exército Brasileiro escravos negros que, ao final da guerra, receberiam sua carta de alforria.

O fato de a mão de obra escrava ter sobrevivido maior do que a indígena ou à de qualquer outra etnia explica-se, dentre outros fatores, pelo fato de ser um grande empreendimento capitalista, e, inevitavelmente, iria cair com o advento do capitalismo monopolista.

A utilização de escravos nas tropas brasileiras que combateram na Guerra do Paraguai fez com que o Exército Brasileiro criasse um vínculo com a causa abolicionista, uma vez que o escravo combateu uma ameaça externa, juntamente com as demais etnias e classes sociais existentes nas fileiras do Exército Brasileiro.

O amálgama social que era o Exército Brasileiro por ocasião da Guerra do Paraguai, onde havia negros, brancos, indígenas, mestiços, pobres e elementos da elite social, fez com que, ao término do conflito, o Exército Brasileiro tomasse partido pela causa abolicionista, mesmo não declarando oficialmente sua posição, posto que devia lealdade funcional ao imperador, mas refletindo tal postura em determinadas atitudes.

Ao receber ordens imperiais para capturar escravos fugidos ao término da Guerra, o Marechal Deodoro da Fonseca recusa-se a enviar tropas para cumprir essa determinação, solicitando ao governo imperial que eximisse o Exército Brasileiro dessa incumbência.

Um dos pilares de sustentação do governo imperial, em uma sociedade com economia essencialmente agrícola, como foi o Brasil até meados do século XX, era a elite rural cafeicultora. Essa elite rural, que até o início do século XIX era a nordestina açucareira, passa a ceder espaço à cafeicultora (inicialmente da baixada fluminense e posteriormente do oeste paulista).

Sendo o café o principal produto exportado no período do primeiro e segundo reinados, é natural que as elites cafeicultoras passassem a ser um dos pilares de sustentação de todo o regime.

3.3.1 Abolicionismo e queda do Império

A escravidão no Brasil não foi abolida pela vontade magnânima da princesa Isabel, em 13 de maio de 1888. O gesto da princesa representou a maior derrota do Estado imperial, que desabaria no ano seguinte. A assinatura da Lei Áurea marcou o triunfo da primeira luta social moderna, de âmbito nacional, na história do país (MAGNOLI, 2009).

A insatisfação maior foi gerada pelo não pagamento de qualquer indenização, por parte do governo imperial, aos proprietários de escravos, o que gerou a perda de patrimônio privado, e, conseqüentemente, do apoio das elites cafeeiras, principalmente a da baixada fluminense, gerando grande número de ações judiciais contra o Estado.

Visualiza-se, portanto, que, devido ao grande poder econômico da classe cafeeira, a influência política desse grupo, no Império, era grande, uma vez que o café tinha grande peso na balança comercial brasileira.

A perda do apoio da elite cafeeira, mais por não ter havido indenização de compensação por perda de patrimônio do que por ter sido promulgada a Lei Áurea, não foi o suficiente para gerar um movimento pela derrubada de um regime, uma vez que ainda havia apoio das Forças Armadas e Igreja Católica.

Às elites do café não interessavam a queda imediata do regime, uma vez que suas discordâncias ou ressentimentos com o Império eram menores do que os benefícios que a Coroa concedia a essa classe social, como subsídios governamentais, concessão de títulos de nobreza e inserção no *status quo* vigente.

3.4 GUERRA DO PARAGUAI E SEUS REFLEXOS PARA O EB

A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi o conflito bélico ocorrido na América do Sul mais longo e o que envolveu o maior número de países beligerantes. Reuniu, de um lado, o Brasil, Argentina e Uruguai (Tríplice Aliança), e de outro lado, o Paraguai.

Não é objetivo deste estudo discorrer sobre as fases da Guerra e sobre as batalhas que foram travadas na Guerra do Paraguai, mas explicitar quais

foram as implicações desse conflito nas atividades do Exército Brasileiro, e em que medida as conseqüências do fim da Guerra do Paraguai irão impactar na linha de pensamento que irá surgir na oficialidade do EB.

Entre 1740 e 1974, o planeta teve 13 bilhões de habitantes e assistiu a 366 guerras de grande dimensão, ao custo de 85 milhões de mortos. O resultado dessas guerras parece ter sido um prêmio à agressão, pois em dois terços delas o agressor saiu-se vencedor e, quanto à duração, 67% terminaram em prazo inferior a quatro anos. A Guerra do Paraguai faz parte, portanto, da minoria, pois o agressor, o lado paraguaio, foi derrotado, e a luta se estendeu por cinco anos. Foi o conflito exterior de maior repercussão para os países envolvidos, quer quanto à mobilização e perda de homens, quer quanto aos aspectos políticos e financeiros. O enfrentamento entre a Tríplice Aliança e o Paraguai tornou-se verdadeiro divisor na história desses países (DORATIOTO, 2002).

O Brasil forneceu a maior parte dos meios materiais e humanos. O Uruguai possuía um exército incipiente e a Argentina, ao mesmo tempo em que combatia externamente, travava conflitos internos, que fez com que sua contribuição em pessoal e material fosse modesta, principalmente após 1868, quando Mitre se retirou do comando das tropas da Tríplice Aliança.

O controle operacional das forças da Tríplice Aliança ficou a cargo, inicialmente, da Argentina (Mitre)³ e depois, a cargo do Brasil (Caxias e conde D'Eu⁴).

A guerra constitui um claro exemplo de como a História, sem ser arbitrária, é um trabalho de criação que pode servir a vários fins. Na versão tradicional da historiografia brasileira, o conflito resultou da megalomania e dos planos expansionistas do ditador paraguaio Solano Lopez (FAUSTO, 1995).

Atravessando a fronteira, encontramos no Paraguai uma historiografia oposta. O conflito é visto como uma agressão de vizinhos poderosos a um pequeno país independente.

³ Bartolomé Mitre Martinez (Buenos Aires, 26 de junho de 1821 – Buenos Aires, 19 de janeiro de 1906): político e militar argentino, foi presidente da Argentina entre 1862 a 1868. Foi um dos Comandantes em chefe das tropas da Tríplice Aliança.

⁴ Conde D'Eu: Dom Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orleães (França, 28 de abril de 1842 – Oceano Atlântico, 28 de agosto de 1822). Príncipe imperial consorte do Brasil por seu casamento com a princesa Isabel Cristina Leopoldina de Bragança. Substituiu o Duque de Caxias na Guerra do Paraguai, na função de comandante das tropas da Tríplice Aliança, e fica nessa função até o fim da Guerra, em 1870, com a morte de Solano López, presidente do Paraguai.

Essa versão serviu em anos recentes para uso político de regimes como o de Alfredo Stroessner, que se apresentava como continuador da obra do general Bernardino Caballero, fundador dos colorados paraguaios, em 1887, e oficial da confiança de Solano López nos anos da guerra (FAUSTO, 1995).

Segundo Doratioto (2002), em sua visão historiográfica do conflito em questão, a Guerra do Paraguai foi motivada por uma disputa política entre potências médias da América do Sul pela hegemonia regional, bem como obter o controle do Rio da Prata, e, conseqüentemente, obter acesso ao interior do continente sul-americano e acesso ao Oceano Pacífico. O controle do Rio da Prata geraria sinergias econômicas.

O Império saiu vitorioso militarmente e fortaleceu sua hegemonia na região do Prata, que se iniciou na década de 1850 e se prolongou até 1875. No plano interno, o conflito foi o ponto de inflexão que deu início à marcha descendente da monarquia brasileira. Os gastos com cinco anos de guerra exauriram o Tesouro brasileiro e o equilíbrio orçamentário do Império não foi recuperado. O Exército, por sua vez, saiu do conflito com um sentimento de identidade (...), forjado com sangue nos campos de batalha. Após o final da guerra, foi crescente a dissociação entre o Exército e a Monarquia (DORATIOTO, 2002).

3.4.1 A Guarda Nacional

Para que se possa compreender a participação do EB na Guerra do Paraguai, e também parte das implicações posteriores desse conflito, é necessário que se saiba o que representou a Guarda Nacional.

No período compreendido entre 1822 e 1831, houve uma necessidade de manutenção do território, seja por implicações externas, como a Guerra Cisplatina, ou interna, como os conflitos resultantes da Independência, e mesmo a Confederação do Equador (1824). Após a abdicação do trono, por parte de D. Pedro I, em 1831, a importância dada ao EB, por parte da classe política brasileira, foi cada vez menor.

Não podiam as autoridades que representavam o latifúndio confiar na tropa. O Exército Brasileiro, de formação democrática, sempre se vinculou aos movimentos contra a reação latifundiária, e, por isso, estava sob permanente

suspeição (SODRÉ, 1968).

A classe latifundiária, que era a elite em todo o século XIX no Brasil, não confiava no EB, tendo em vista não conseguir dominar seus líderes militares. Como forma de criar o próprio aparato policial da classe latifundiária, em 1831 foi criada a Guarda Nacional, sob forma de lei, que, ao criar esse instrumento, extinguiu as antigas *Ordenações e Milícias*, e substituiu as *Guardas Municipais*.

A missão da Guarda Nacional era “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade da Nação”, segundo a lei que a criou.

Observa-se, portanto, a existência de dois instrumentos do Estado para a manutenção da soberania do Estado.

A partir da data de criação da Guarda Nacional, fica clara a intenção da elite latifundiária em ter seu instrumento policial. Ficou decidido, na mesma data da criação dessa guarda, que ao Exército Brasileiro caberia a defesa da integridade territorial em caso de ameaça externa, e à Guarda Nacional, em caso de ameaça interna. Em caso de ameaça externa, a Guarda Nacional auxiliaria o EB.

O serviço à Guarda Nacional era obrigatório a todos os homens entre 18 e 50 anos, que possuísse renda de duzentos mil réis, exceção aos que já serviram ou que serviam à Marinha e ao Exército, que ficariam dispensados do serviço obrigatório à guarda.

Observa-se que era obrigatório servir à Guarda Nacional, mas não ao EB e à Marinha. Como o universo de seleção da Guarda Nacional praticamente abrangia a maioria dos homens em condições de prestar serviço militar, fica evidente que os cidadãos que serviam ao Exército eram aqueles que não foram aproveitados pela Guarda Nacional, e aqueles que serviam voluntariamente.

Ao mesmo tempo em que havia o Exército, criava-se um instrumento militar específico dos grandes proprietários, destinado, pela confiança integral que merecia deles, a neutralizar, em qualquer eventualidade, as tendências da tropa regular (SODRÉ, 1968).

Em 1831, o efetivo do EB, que em 1830 era de 30 mil homens, passou a ser de 14 mil homens, aproximadamente.

Em 1834, com a Lei Interpretativa do Ato Adicional, as províncias ganham autonomia política maior, e nesse contexto, cada localidade tinha a prerrogativa de criar seu próprio contingente de proteção, o que demonstra o

caráter descentralizado da Guarda Nacional, atendendo aos interesses locais.

Os chefes locais de prestígio recebiam automaticamente os postos mais altos da Guarda Nacional. O posto de coronel era reservado ao chefe político da comunidade, e o posto de capitão destinava-se aos líderes locais influentes. Em todos esses casos, o critério de escolha era subjetivo e político.

A Guarda Nacional foi, portanto, um instrumento de descentralização do poder coercitivo da manutenção da soberania do Estado, de modo a possibilitar às elites latifundiárias contraporem-se a possíveis atitudes tomadas pelo EB que desagradassem aos interesses da classe monocultora.

Em 1864, a Guarda Nacional possuía aproximadamente 590 mil praças, enquanto o EB possuía perto de 16 mil praças em seu efetivo profissional.

A Guarda Nacional iria perder poder somente em 1873, quando seu efetivo foi reduzido e o Exército Brasileiro, após a Guerra do Paraguai, tem reconhecimento maior por parte do Governo Imperial. Iria ser dissolvida somente em 1922, em plena República Velha.

O fato de ter sido criada e tornada regular, por meio de lei, em 1831, evidencia que, para o Estado, mais valia uma força que atendesse aos interesses específicos de uma classe do que uma instituição que defendesse os interesses nacionais. Esse desprestígio em relação à classe militar foi um dos motivos que culminou na chamada *Questão Militar*.

3.4.2 Destinação legal do Exército Brasileiro (Constituição de 1824)

A Constituição de 1824, no seu Art. 146, afirma que “enquanto a Assembléia Geral não designar a Força militar permanente de Mar e de Terra, subsistirá a que então houver, até que pela mesma Assembléia seja alterada para mais, ou para menos”.

A Carta outorgada de 1824, portanto, omite-se no que se refere à destinação constitucional do Exército Brasileiro, principalmente pelo fato de que o recém independente Estado brasileiro ainda estava estruturando suas Forças Armadas, então constituídas pelo Exército e Marinha.

Em 18 de agosto de 1831, com a lei que criava a Guarda Nacional, foram disponibilizadas mais informações acerca da missão legal (não cabe aqui afirmar “missão constitucional”, posto que a Constituição de 1824 omitia-se

com relação a isso) do Exército Brasileiro.

Ao discorrer sobre as funções e atribuições da Guarda Nacional, a referida lei afirmava que “as Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império (...) e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas”.

Da análise do texto da Carta de 1824, pode-se afirmar que, embora se soubesse empiricamente as funções de um exército nacional, àquela época a Constituição não explicitava em detalhes qual seria a destinação constitucional do EB.

A lei de 18 de agosto de 1831, que criava a Guarda Nacional deixava claro que o papel legal do EB seria executar a defesa das fronteiras, sem maiores detalhamentos.

Na prática, o EB atuou na defesa de fronteiras contra ameaças externas e contra a ação de movimentos separatistas da região fronteira (como a Revolta Farroupilha), e ainda na pacificação de conflitos internos, sendo que essa última seria exclusiva da Guarda Nacional.

Pode-se observar, entretanto, que em meados do século XIX, a importância política da Guarda Nacional, como aparato policial do Estado, era superior, aos olhos do Império, do que a atribuída ao EB, situação essa que somente iria mudar com o fim da Guerra do Paraguai.

3.4.3 Reflexos da Guerra do Paraguai para o Exército Brasileiro

A doutrina militar terrestre absorveu diversos ensinamentos com a experiência de combate nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. A Instituição Exército Brasileiro saiu fortalecida do conflito, passando a ter mais voz no ambiente de processo decisório político do regime imperial.

A guerra com o Paraguai alteraria profundamente a estrutura social do Exército. Não teria sido possível, realmente, desenvolver longas operações no exterior, durante cinco anos, à base da tropilha irregular gaúcha e à base do voluntariado à força que se arrematava nas unidades de linha (SODRÉ, 1968).

Podem-se listar, abaixo, ensinamentos colhidos e reflexos para o EB com o fim da Guerra do Paraguai:

- maior importância dada à logística para a continuidade do combate e para a manutenção do moral da tropa;

- aspectos doutrinários foram incorporados, como o emprego combinado do Exército com a Marinha;

- utilização de balões atmosféricos para a observação do terreno, antecipando aspectos doutrinários que atualmente são amplamente utilizados nos combates de 4ª geração (observação por meio de satélites, VANT e imagens aéreas);

- reconhecimento da deficiência no recrutamento em momentos imediatamente anteriores ou durante o conflito armado, sem política eficiente de gestão de recursos humanos, fato que gera deserções e emprego de material humano com pouco treinamento, com consequente dispêndio de tempo e de recursos durante o combate;

- visualização da necessidade de um exército permanente e profissional, que, ao final do Império ainda estava com grande parte de seu efetivo localizado principalmente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul;

- possibilidade de aproveitamento de uma nova classe de oficiais que surgiu durante a guerra, com grande participação da classe média da população, refletindo as mudanças sociais que ocorreram durante o século XIX.

Com relação aos oficiais que participaram da guerra, muitos eram oriundos de camadas da população que, exercendo funções administrativas, ligadas ao pequeno comércio e profissionais liberais, podemos identificar como sendo as camadas médias da população brasileira na segunda metade do século XIX. Por sua posição, esses setores tinham acesso à cultura européia, aos meios de comunicação e aos canais de expressão política da sociedade escravista. A modernização do aparelho econômico, a partir da expansão cafeeira, e a urbanização da sociedade aumentaram em muito o peso social dessas camadas médias (SALLES, 1990).

- o Exército Brasileiro sai da Guerra do Paraguai com o reconhecimento da população em geral. O EB utilizou, de maneira pioneira na sociedade escravocrata da época, um amálgama social nas suas tropas, com o emprego do escravo, e posterior concessão da alforria a esses escravos, logo

após o término da Guerra do Paraguai e quase uma década antes da promulgação da Lei Áurea, que iria ocorrer somente em 1888;

3.5 A QUESTÃO MILITAR E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A chamada Questão Militar consistiu em uma série de acontecimentos que ocorreram entre 1883 e 1887. Na realidade, esses acontecimentos, que serão descritos a seguir, foram apenas o final de um longo processo de insatisfações no âmbito do Exército Brasileiro, e que foram externadas após a Guerra do Paraguai, em um momento no qual o EB passou a ter maior força política e reconhecimento por parte da população.

Após a abdicação de D. Pedro I, o EB passou por um período de ostracismo, que iria durar até a eclosão da Guerra do Paraguai.

A profissão militar inicialmente reuniu elementos remanescentes do Exército Português, que ocuparam os postos do oficialato no EB, muitos deles nobres ou descendentes da nobreza. Esses oficiais, em parcela considerável, atingiram elevadas posições políticas no Império.

A partir de 1850, essa composição social começaria a mudar. Havia outras profissões que eram mais bem remuneradas, como a de bacharel em direito, médico e cargos políticos. Aos descendentes da nobreza imperial e da elite agrária não interessava mais a profissão militar. Nesse período, grande parte do Exército Brasileiro era composta de elementos de baixa renda oriundos do Nordeste, e também de cidadãos do Rio Grande do Sul, região que sempre esteve envolvida em batalhas contra ameaças externas, e na qual a profissão militar ainda era revestida de importância, mesmo para famílias abastadas.

A esses fatores, soma-se o fato da existência da Guarda Nacional, que nas primeiras décadas do período após a Independência, tinha grande importância nas principais regiões do país e cooptava valores humanos que poderiam estar nas fileiras do EB.

Em março de 1884, com a libertação dos últimos escravos, a província do Ceará seria a primeira do Brasil a extinguir deliberadamente a escravidão, quatro anos antes da assinatura da Lei Áurea. No Ceará, a figura do jangadeiro Francisco do Nascimento, chamado de “Dragão do Mar” (figura 8), comandou a

recusa local dos jangadeiros de transportarem negros escravos para as demais províncias do país, impedindo a comercialização interna de escravos do Ceará para as demais províncias brasileiras.

Era um golpe no sistema, ainda que em pequenas proporções, uma vez que para quem dependia de mão de obra escrava, o comércio interno era a única maneira de obtê-la. A imprensa abolicionista, principalmente a da Corte, aplaudiu a atitude do jangadeiro, e o convidou para participar de diversos eventos na cidade do Rio de Janeiro, todos com pano de fundo abolicionista.

Aproveitando a presença do jangadeiro na cidade do Rio de Janeiro, o então tenente-coronel Antônio de Sena Madureira⁵ o convidou para participar de evento na Organização Militar que comandava, a Escola de Tiro, localizada em Campo Grande. A imprensa registrou o fato, e o Ministro da Guerra, Franco de Sá, censurou o comandante da Escola de Tiro. Seria um dos primeiros incidentes da chamada “Questão Militar”.

No ano de 1886, o Visconde de Pelotas, militar que participou da Guerra do Paraguai, fez um discurso no Senado, onde discorreu da situação atravessada pelo Exército, e teceu comentários sobre as condições de trabalho desfavoráveis.

Em 1884, com um efetivo (profissional) de 13 000 homens, haviam passado pelas prisões 7326 homens, de que (*sic*) 54 eram oficiais; em 1885, as deserções haviam subido a 502 (SODRÉ, 1968).

O episódio que culminou com o ápice da crise foi o ocorrido com o coronel Ernesto Augusto da Cunha Matos. O coronel, ao inspecionar as tropas do Piauí, quando em visita àquela localidade, acusou a existência de atos irregulares que encontrou na revista à tropa, como irregularidades no soldo pago às praças. A autoridade acusada das irregularidades era o capitão Pedro José de Lima, que, além de militar, era político do Partido Conservador. O coronel Cunha Matos era ligado ao Partido Liberal.

Pedro José de Lima fez sua defesa na Câmara dos Deputados, e a resposta de Cunha Matos foi dada por meio de nota divulgada na imprensa. A solução dada pelo Ministro da Guerra, Alfredo Chaves, foi punir o coronel

⁵ Antônio de Sena Madureira: militar brasileiro (Recife, 1841 – Rio de Janeiro, 1889) que participou da Guerra do Paraguai. Teve participação ativa no movimento abolicionista e foi um dos fundadores do Clube Militar (1887)

Cunha Matos.

A imprensa noticiou o fato, e houve diversas intervenções a favor do oficial punido, a principal delas do Visconde de Pelotas: “mas o honrado ministro, em vez de defender o honrado oficial, defendendo a própria classe militar de que sua excelência é o chefe, preferiu conservar-se mudo, reservando toda a sua veemência para castigar o oficial, quando este protestou pela imprensa” (*Apud in*: SODRÉ, 1968).

Após a punição do coronel Cunha Matos, o tenente-coronel Sena Madureira escreveu um artigo para o jornal “A Federação”, lembrando o ocorrido consigo mesmo em 1884, e discorreu sobre o coronel Cunha Matos e tecendo comentários sobre o senador Franco de Sá, que em 1884 era o Ministro da Guerra. O Ministro da Guerra, logo após a publicação do artigo em “A Federação” perguntou ao Marechal Deodoro da Fonseca se este havia autorizado a publicação do artigo.

O marechal respondeu que não havia autorizado, mas havia deixado claro, ainda, que não havia erro disciplinar, uma vez que a mais alta autoridade citada no artigo era o então senador Franco de Sá, que não era chefe ou superior ao tenente coronel. Só haveria erro disciplinar, de acordo com a legislação em vigor, se o alvo das manifestações escritas no artigo fossem superiores hierárquicos ao tenente coronel Sena Madureira, e o senador não o era.

O Ministro da Guerra determinou que o Marechal Deodoro da Fonseca transmitisse a punição ao tenente-coronel Sena Madureira. A ordem foi recusada, e essa recusa ocasionou em sua exoneração do cargo de Comandante das Armas da província do Rio Grande do Sul. Nas escolas militares de Porto Alegre e na Praia Vermelha, o Marechal recebe o apoio da oficialidade e dos cadetes. Militares são presos no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul por manifestarem suas opiniões desfavoráveis ao governo, e em apoio ao Marechal exonerado.

Barão de Cotegipe, chefe do Gabinete de Ministros, começa perder o apoio no alto escalão imperial, devido à proporção que a crise com os militares alcança.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro, em 26 janeiro de 1887, após sua exoneração do cargo que exercia no Rio Grande do Sul, Marechal Deodoro foi

convocado para uma reunião no Teatro Recreio, a qual iria presidir.

Houve participação maciça dos oficiais da guarnição do Rio de Janeiro e foi constatado pelo governo que cadetes da Academia Militar também participaram do evento, como espectadores. Essa participação de cadetes no evento político culminou no desligamento de cinquenta deles.

O Marechal, ao tomar conhecimento dos desligamentos dos cadetes, entregou uma carta ao Imperador, à qual não obteve resposta. Em represália, o Marechal Deodoro escreveu novamente ao Imperador, desta vez solicitando exoneração do serviço das armas. Logo em seguida, o Ministro da Guerra foi demitido, o que reduziu os ânimos de grande parte dos militares.

No início de maio de 1887, os militares lançam um manifesto, que é espalhado pelo país, com redação de Rui Barbosa, e com as assinaturas do Marechal Deodoro da Fonseca e do Visconde de Pelotas.

Em seguida, Visconde de Pelotas dirige-se ao barão de Cotegipe, chefe do Gabinete de Ministros, para dizer: “peço encarecidamente ao nobre chefe do Conselho que reconsidere o seu ato, por amor a este país, não por amor e satisfação a mim, que pouco ou nada valho. Solva esta questão de modo honroso e digno. Se não o fizer, não sabemos o que poderá acontecer amanhã, apesar de confiar o nobre presidente do Conselho na força armada que tem à sua disposição” (*Apud in*: SODRÉ, 1968).

A Questão Militar só seria encerrada com a demissão de Cotegipe, que só viria a ocorrer em março de 1888, após longa e desgastante crise.

De um lado, estavam militares cujas tendências eram para a abolição do trabalho escravo e a alteração do regime, e de outro lado, políticos que representavam as intransigências mais retrógradas do escravismo agonizante e da monarquia em liquidação (SODRÉ, 1968).

Percebe-se, desta análise, a deterioração das instituições políticas do Império, que não mais conseguia desempenhar de maneira satisfatória as funções esperadas do Estado, e nem atender às reivindicações das diferentes correntes sociais, políticas e ideológicas que passaram a surgir no Império na segunda metade do século XIX.

3.5.1 A queda da Monarquia e a Proclamação da República

No final da década de 1880, D. Pedro II estava com a saúde debilitada. Já havia se ausentado da corte para realizar viagens à Europa, no intuito de curar ou amenizar os sintomas das suas diabetes, sem sucesso. Em 1888, quando da assinatura da Lei Áurea, estava na Europa a fim de tratar de sua saúde.

Muito se comentava na corte sobre o Terceiro Reinado. A princesa Isabel seria a herdeira do trono, mas contava com a rejeição da sociedade patriarcal em uma época na qual mulheres no comando não era algo comum e tampouco aceito pelas classes sociais.

O Conde D'Eu, francês de nascimento, não tinha aceitação perante as elites do Império. O Brasil incorporava a cultura francesa, mas em questões de escolha de herdeiros do trono imperial, era bastante nacionalista, razão pela qual a figura do conde possuía rejeição perante a sociedade.

Muitos historiadores afirmam que seria uma tendência natural a queda do Império juntamente com a morte de D. Pedro II, que aparentava bastante fragilidade física, devido à sua saúde vacilante.

A rejeição para um “Terceiro Império” era grande, mas não havia forças se mobilizando para derrubar o imperador D. Pedro II. A idéia de aguardar a morte do imperador e proclamar a república logo em seguida parecia ser a mais aceita nos círculos republicanos e elitistas.

No círculo militar, notadamente na Academia Militar, ecoavam os resquícios da “Questão Militar”. O major Benjamin Constant, positivista e instrutor da Academia Militar, já havia conseguido convencer diversas gerações de cadetes sobre, segundo sua visão, a necessidade de se implantar a República no Brasil.

A jovem oficialidade do Exército Brasileiro iniciara entendimentos e reuniões para organizar a derrubada do regime.

A intenção de derrubar o regime imperial “não contava com o apoio de patente de superiores. Os envolvidos eram capitães, tenentes, alferes e a mocidade da Escola de Guerra” (Calmon, 2002).

Ao que tudo indica, não houve planejamento do processo de substituição do regime. Havia muitos oficiais partidários da causa republicana, mas os

entendimentos e reuniões para um movimento de substituição da monarquia apenas se organizou semanas antes de 15 de novembro de 1889.

A prova de que os militares não se tinham ainda disposto a assumir a atitude revolucionária, de que resultaria a mudança das instituições, estava no seu notável alheamento dos políticos, apesar das ligações íntimas existentes entre alguns generais e os partidos. A propaganda democrática que lá se fazia era o fruto da filosofia positiva, da Escola de Guerra, da experiência ou do desgosto de muitos, do espírito de insubmissão e do exaltado idealismo de outros, (sic) não era a influência direta da política, que até àquela data rondara, insucedida, os quartéis (CALMON, 2002).

Segundo Calmon (2002), que foi um observador atento do que ocorreu em 15 de novembro de 1889, a Proclamação da República caracterizou-se por ser um movimento exclusivamente militar.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que havia reuniões que tramavam a queda do regime imperial, o imperador do regime moribundo era o anfitrião de uma grande festa na Ilha Fiscal, oferecido à Marinha do Chile, em 9 de novembro de 1889, baile esse que viria a ser o último da Monarquia brasileira.

O Marechal Deodoro da Fonseca ouviu as idéias que estavam sendo tramadas somente na noite do dia 11 de novembro, quatro dias antes da consumação do ato do qual viria a ser o protagonista. Dessa reunião participaram, além do Marechal, Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Aristides Lobo e Benjamin Constant.

Ao sair da reunião, o marechal ainda não se havia decidido se o melhor seria a deposição do Gabinete de Ministros, do qual era chefe o Visconde de Ouro Preto, ou derrubar o regime imperial como um todo. A dicotomia era visível, uma vez que o marechal havia devotado uma carreira a prestar bons serviços ao Imperador D. Pedro II, personalização do regime imperial.

No dia 15 de novembro, o imperador estava em Petrópolis veraneando com sua família. O Marechal Deodoro da Fonseca estava se recuperando de uma indisposição que o acometera dias antes. Acordou, montou em seu cavalo e pôs-se diante da tropa. Dirigiu-se até o Quartel General, onde estavam reunidos Ouro Preto e os ministros. A guarda que fazia a segurança do local não entrou em confronto com as tropas do Marechal.

Frente a frente de Ouro Preto, o general (*sic*) explicou-lhe os fins da revolta, os dissabores pessoais que curtira, as queixas do Exército, terminando por declarar deposto o ministério e preso o presidente do Conselho. A cena era impressionante pela estatura moral daqueles dois homens, pela energia do seu olhar, pelo vigor de suas vontades, encarnando um a força que triunfava, o outro o regime que caía e tinha ainda, no seu chefe civil, um defensor indomado (CALMON, 2002).

D. Pedro II retornou ao Rio de Janeiro na tarde de 15 de novembro. No dia 16 de novembro de 1889, iria receber do major Solon Ribeiro a determinação de sair do Brasil em 24 horas (figura 9), tendo autorização para levar consigo apenas seus pertences pessoais. A família que governara durante 87 anos saiu do Brasil em uma pequena embarcação, rumo à Europa, onde D. Pedro II iria morrer dois anos depois.

Estava encerrada a passagem da monarquia pelo Brasil (figura 10). A figura de D. Pedro II, que décadas antes era venerada por sul americanos e europeus, tido como o “rei filósofo” ou o “monarca democrático”, e que conseguira manter a unidade territorial do Brasil, não fora o suficiente para conter os anseios da sociedade, em especial das elites e classe média, por uma forma de governo que era dominante na América do Sul: a República.

4 CONCLUSÃO

A idéia recorrente momentos antes da Proclamação da República, na década de 1880, era a de que D. Pedro II estava próximo de morrer e com ele cairia a Monarquia no Brasil. A sociedade brasileira não estava preparada para um Terceiro Reinado, do qual seriam os mandatários a princesa Isabel e seu marido, o conde D’Eu; entretanto, qual seria o custo político para a soberania e integridade territorial brasileiros no caso de uma substituição da forma de governo? Caso a monarquia caísse e a república fosse proclamada, quem assumiria o poder? A História da Humanidade traz inúmeros exemplos de conflitos que ocorreram no vácuo criado pela substituição de regimes ou formas de governo.

A derrubada da Monarquia em 1889 não é surpresa (IGLÉSIAS, 1993). A Proclamação da República não foi um golpe de sorte na História do Brasil.

Tampouco foi obra de uma ou outra força política atuando isoladamente. O movimento de novembro de 1889 foi o ato final de uma série de fatores que se acumularam durante todo o período Imperial (1822 – 1889), sendo que alguns desses fatores advinham de épocas anteriores, como o movimento republicano.

D. Pedro II viu que pilares outros que sustentavam seu então frágil governo já estavam perdidos, ou prestes a cair, como a ausência de apoio da Igreja, após a Questão Religiosa, e a gradativa perda de apoio das elites que usavam a mão de obra escrava, tendo em vista o iminente ato de soltura. Não era de seu interesse deixar o último pilar de seu governo cair. Após a Guerra do Paraguai e a Questão Militar, o Exército Brasileiro passa a ser visto com outros olhos pela classe política dirigente, inclusive com forma de garantir sua própria sobrevivência.

Deduz-se, pelos dados e inferências obtidas com esta pesquisa, que há poucas indicações de que a Monarquia se manteria no Brasil após a morte de D. Pedro II. A própria figura do imperador era um importante símbolo que contribuía para a manutenção da unidade do governo.

A queda da Monarquia estava próxima. Muitos grupos tinham interesse na saída de D. Pedro II do governo: republicanos, elites rurais e urbanas, abolicionistas, classes médias urbanas e mesmo a Igreja; entretanto, quem iria ocupar o vácuo de poder que surgiria com a morte de D. Pedro II? Devido à existência de diferenças ideológicas entre os grupos que disputariam o poder, dificilmente haveria um consenso entre eles sobre quem ocuparia o poder vago.

A política nacional era composta por diversos grupos, cada um deles com suas vaidades e aspirações. Não havia pensamento uníssono. Nada indica que um pacto fosse firmado entre esses grupos em caso de substituição da forma de governo, de modo a garantir a estabilidade de um novo regime.

A monarquia caducava, ao final dos anos de 1880. Dos três pilares de sustentação, quais sejam, a Igreja, as elites agrárias e o Exército Brasileiro, apenas o EB continuava, após o advento da Lei Áurea. Da análise do ambiente político, econômico, psicossocial e militar da segunda metade do século XIX, no Brasil, pode-se inferir que é pouco provável que tivesse havido um Terceiro Reinado. O regime cairia por si só, devido a uma somatória de fatores, que

foram elencados nos resultados desta pesquisa.

Qual o interesse em uma antecipação de uma queda anunciada? O assunto não é muito estudado pela historiografia, mas uma explicação possível é a de que antecipar uma mudança de forma de governo, havendo uma instituição sólida para assumir o poder e conduzir uma transição relativamente estável e controlada seria muito mais interessante para todos os interessados na queda da Monarquia do que aguardar o que ocorreria após a morte do Imperador.

Em caso de morte de D. Pedro II, que julgava-se não estar longe, como seria a transição de poder? Poderia ter havido um Terceiro Reinado, com a continuação da família real no poder? A sociedade patriarcal brasileira de então não estava pronta para que o comando da nação fosse feito por uma mulher, no caso a princesa Isabel, e não o desejava, por mais politicamente incorreto que essa afirmação possa parecer nos dias atuais. A xenofobia certamente haveria de se manifestar em caso de um francês, o conde D'Eu, assumir o poder.

O episódio de 15 de novembro resultou da iniciativa quase exclusiva do Exército, que deu um (...) decisivo empurrão para apressar a queda da Monarquia (FAUSTO, 1995). O papel desempenhado pelo EB foi decisivo, dentro desse contexto de instabilidade política. Isso foi um fato. Se havia um temor por um Terceiro Reinado, maior o era em caso de morte súbita de D. Pedro II, que garantia a estabilidade do regime, ou em caso de levante organizado por algum grupo político.

Foi visto que a maioria do alto oficialato do Exército Brasileiro, momentos antes de 15 de novembro de 1889, era monarquista e relutava em deixar de apoiar o imperador D. Pedro II. Os oficiais subalternos e intermediários, juntamente com alguns poucos oficiais superiores, foram os defensores majoritários da idéia de derrubar a Monarquia dentro do EB. Ao cooptarem o Marechal Deodoro da Fonseca para a liderança do movimento, tiveram a certeza de que não haveria resistências dentro do EB ao movimento que se seguiria.

Sendo o EB àquela altura o único pilar de sustentação do Império, e tendo suas reivindicações atendidas pelo governo, principalmente após a Questão Militar, e sendo isso sabido por D. Pedro II, a questão que fica é: por

que o Exército decidiu liderar o movimento da Proclamação da República?

Defensor da legalidade, o EB passa, naquele momento, a ser o líder de insatisfações de diversas classes sociais e políticas, e, principalmente, passa a defender tudo o que foi feito pela sociedade nos séculos anteriores, representado pela dinâmica ocupacional e de expansão territorial, pela política nativista de defesa e manutenção do solo e da própria configuração do território brasileiro, que demorou séculos, com lutas e embates diplomáticos, evitando o que ocorreu com os vizinhos sul americanos, que, com o movimento de independência, surgiram diversas nações, muitas delas débeis e frágeis do ponto de vista político.

Nesse caso, estariam em jogo a integridade territorial, a soberania e mesmo o *status quo* de toda uma classe elitista oriunda do Império moribundo.

Havia muitos grupos políticos e sociais com idéias dissonantes, e infere-se que poderiam entrar em uma disputa pelo poder, pondo em risco a própria integridade do Estado brasileiro. Dentro desse contexto político complexo, surge a decisiva participação do EB, antecipando o fim do governo imperial e proclamando a República, proporcionando uma transição gradual e segura, garantindo a manutenção do território e da soberania, além de impedir a eclosão de conflitos internos e o recrudescimento de movimentos separatistas.

Historicamente verifica-se que as instituições seculares e classes sociais elitistas não se aproximam de instabilidades, preferindo um porto seguro, a fim de manterem sua própria sobrevivência. Nesse contexto, mesmo havendo interesse em ocupar o poder, setores sociais e instituições com essas características no Brasil da segunda metade do século XIX não se opuseram à Proclamação da República por parte do EB, posto que embora a ânsia pelo poder pudesse motivar a um movimento pela derrubada do regime imperial, o medo da insegurança de uma transição atabalhoada não aconselhava a imprudência. Esse medo impediu que houvesse qualquer tipo de concorrência ou contraposição ao EB na Proclamação da República.

Segundo Joaquim Nabuco, estadista que atuou tanto nos regimes imperial como no republicano, “no dia em que se proclamou a república, podia-se perceber que a nação queria um governo militar, para poder manter a unidade, porque o espírito militar prevalecia (...), vale dizer, tinha amplitude nacional, e porque era preciso manter parte da antiga tolerância, já que o

Exército está acima das ambições pessoais que se expressam nas lutas partidárias e que, sem a monarquia, iriam conduzir o país para o barbarismo” (*Apud in Hayes, 1991*) .

A monarquia caducaria após a morte de D. Pedro II, e não iria durar muito tempo. Cercado por países republicanos e sem sustentáculos de suporte, com grupos políticos discutindo um futuro governo, a Proclamação da República ocorreu em 1889 por força de uma instituição, o Exército Brasileiro.

O EB, isoladamente, mesmo em caso de não contar com o apoio da classe política dirigente, pôde, naquele momento, garantir uma transição estável entre as formas de governo substituída e substituta, contribuindo para manter a integridade territorial e a soberania do Brasil, fato que dificilmente ocorreria em caso de levante popular, comandado por qualquer que fosse o grupo político, ou mesmo em caso de morte súbita de D. Pedro II, estando acima de interesses particulares de elites econômicas e aspirações de dirigentes políticos.

AUTOR

Cap Com Jefferson de Araújo Ayala. É oficial da arma de Comunicações (Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN, 2003). Possui bacharelado em Ciências Militares pela AMAN (2003) e especializações em Guerra Eletrônica – GE (Curso Básico de GE, 2006 e Intermediário de GE, 2007) e Gestão da Tecnologia da Informação (Fundação Getúlio Vargas, 2006). Atualmente, serve na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro, RJ.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005. 10 v.

CALMON, Pedro. **História da civilização brasileira**. Brasília: Senado Federal, 2004.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2009

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro:

Civilização Brasileira, 2003.

_____. **D. Pedro II.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Forças Armadas e política no Brasil.** São Paulo: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Teatro de sombras.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita guerra:** nova História da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DUARTE, general Paulo de Queiroz. **Os voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 3 vols., 1981-8.

ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro.** Brasília: Estado Maior do Exército, 1972, vol.2.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 1995.

GOMES, Laurentino. **1808** Como uma Rainha Louca, um Príncipe Medroso e uma Corte Corrupta. Rio de Janeiro: Planeta do Brasil, 2008.

_____. **1822.** São Paulo: Nova Fronteira, 2010.

HAYES, Robert A. **Nação Armada: a mística militar brasileira.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.

MAGALHÃOES, J. B. **Evolução militar do Brasil.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue.** São Paulo: Contexto, 2009.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai:** escravidão e cidadania na formação do exército. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

SENADO FEDERAL. Coleção **constituições brasileiras.** Brasília, DF, 2008. 1 CD-ROM.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história militar do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador.** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.